

DIFICULDADES COM O CLUBE DE PARIS

Os credores do Brasil junto ao Clube de Paris insistiram durante todo o dia de ontem em não aceitar alguns aspectos da proposta brasileira, o que impediu a conclusão de um acordo no início da tarde, como se previa. As discussões avançaram durante a noite, sem chegar ao acordo final. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, admitiu em Brasília a existência de dificuldades nas negociações com o Clube de Paris, mas descartou a hipótese de rejeição da proposta brasileira.

Uma entrevista com o presidente do Banco Central e chefe da delegação brasileira, Francisco Gros, que anunciaria os resultados da negociação, foi cancelada pela embaixada brasileira, segundo informa o correspondente **Reali Jr.**, de Paris. "Não há rejeição nem temos conhecimento de resistência específica de países", insistiu Marcílio, que ainda aposta em um acordo até o final desta semana. As negociações com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais, envolvem o reescalonamento de uma dívida de US\$ 21 bilhões.



Gros

A proposta original, apresentada em Paris por Francisco Gros, previa o reescalonamento pelo prazo de 18 anos do total da dívida com os credores oficiais. Além disso, o governo solicitava que na renegociação fossem considerados os cerca de US\$ 8,6 bilhões referente aos atrasados de juros e amortização devidos desde o governo Sarney. Como resumiu o ministro da Economia, o governo quer compatibilizar o reescalonamento da dívida com a capacidade de pagamento do País. Para isso, necessita de um acordo que alivie o volume de desembolso previsto para este ano e 1993. Ou seja, somados os atrasados mais a dívida a vencer até o próximo ano, o governo precisaria dispor de US\$ 13,5 bilhões.

Francisco Gros só falou rapidamente com os jornalistas no fim da tarde, antes de prosseguir à noite sem previsão de horário. Ele não quis fazer nenhuma previsão sobre o prazo para a assinatura do acordo final com o Clube de Paris, lembrando que esse é um problema muito delicado e que depende muito mais dos credores. Como se trata de uma negociação consensual, basta que uma entre as 12 delegações levante uma dúvida para atrasar toda o processo de negociação.

Para o presidente do Banco Central a discussão com os credores ainda se encontra numa fase mais de conceitos e menos de detalhes técnicos. O principal objetivo do governo brasileiro é obter um acordo compatível com o programa de ajustamento do FMI e um tratamento semelhante ao acordo que está sendo negociado com os bancos privados.

JORNAL DA TARDE

26 FFV 1990

Arquivo/153Z